

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Gabriel dos Santos da Silva

**Futebol catarinense fora das quatro linhas:** Uma análise da evidenciação e do desempenho econômico-financeiro dos clubes profissionais

Florianópolis

2022

Gabriel dos Santos da Silva

**Futebol catarinense fora das quatro linhas:** Uma análise da evidenciação e do desempenho econômico-financeiro dos clubes profissionais

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. José Alonso Borba, Dr.

Coorientador: Fábio Minatto, Ms.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Gabriel dos Santos da  
Futebol catarinense fora das quatro linhas : uma  
análise da evidenciação e do desempenho econômico-financeiro  
dos clubes profissionais / Gabriel dos Santos da Silva ;  
orientador, José Alonso Borba, coorientador, Fábio  
Minatto, 2022.  
58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Ciências Contábeis, Florianópolis,  
2022.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. 2. Evidenciação Contábil. 3.  
Desempenho Econômico-financeiro. 4. Clubes de Futebol . 5.  
Santa Catarina. I. Borba, José Alonso. II. Minatto, Fábio.  
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Ciências Contábeis. IV. Título.

Gabriel dos Santos da Silva

**Futebol catarinense fora das quatro linhas: Uma análise da evidenciação e do desempenho econômico-financeiro dos clubes profissionais**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis.

Florianópolis, 19 de março de 2022.

---

Prof. Roque Brinckmann, Dr.  
Coordenador de TCC

**Banca Examinadora:**

---

Prof. José Alonso Borba, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profª. Suliani Rover, Dra.  
Avaliadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Fábio Minatto, Ms.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho aos meus pais, Valci e Rosana.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a meus pais, pelo amor, incentivo e por todo esforço feito para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço a meu orientador professor José Alonso Borba e coorientador Fábio Minatto, pelos ensinamentos, confiança, paciência e por sempre estarem disponíveis para me atender e auxiliar.

Agradeço a professora Suliani Rover, que participou da minha banca, pelos comentários, críticas e sugestões que resultaram em aprimoramentos à versão final desta monografia.

Agradeço também a UFSC, aos professores, colegas e amigos que fiz ao longo dessa jornada, em especial ao Victor Muller, que me acompanha desde o ensino médio e me ajudou muito durante toda graduação.

“Eu sou figueira, eu sou mané, seja em Floripa, onde estiver” (Gaviões Alvinegros)

## RESUMO

Os clubes catarinenses de futebol, além de se destacarem no âmbito esportivo, possuem relevância na economia local, com a geração de empregos, serviços e por impactarem na arrecadação de tributos. Suas informações financeiras interessam aos torcedores, gestores, fornecedores, credores, investidores e governo. Dessa forma, o presente estudo possui como objetivo examinar o nível de evidenciação em atendimento à NBC ITG 2003 (R1) e o desempenho econômico-financeiro dos clubes catarinenses de futebol no período entre 2013 e 2020. A população compreende os clubes de futebol profissional do estado de Santa Catarina em atividade entre 2013 e 2020. Enquanto a amostra equivale aos clubes que divulgaram, pelo menos, cinco relatórios anuais, no período analisado. Como procedimento complementar, segregou-se a amostra em clubes grandes e clubes pequenos. Os clubes grandes são os maiores campeões do campeonato catarinense e participaram de forma ininterrupta da primeira divisão deste campeonato nos últimos anos. Para medir o nível de evidenciação, utilizou-se um *checklist* desenvolvido com base na NBC ITG 2003 (R1), a partir da divulgação das demonstrações contábeis dos clubes. Para analisar o desempenho econômico-financeiro, foram analisados elementos do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), além de indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Como resultado, encontrou-se que o BP e a DRE foram os demonstrativos mais publicados, enquanto a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) foi o menos divulgado. Quanto ao nível de evidenciação, baseado nos itens da NBC ITG 2003 (R1), encontrou-se um nível médio de 37% para os clubes grandes e 10% para os pequenos. Este nível de evidenciação se deve, principalmente, ao não atendimento dos itens do BP. Com relação ao desempenho econômico-financeiro, verificou-se que, na média, a maioria dos clubes apresenta passivo a descoberto e prejuízo econômico. Ademais, o indicador de liquidez corrente revelou, em grande parte dos clubes, dificuldade em liquidar dívidas a curto prazo. Os resultados contribuem para apresentar o panorama econômico-financeiro dos clubes catarinenses e o cenário dessas organizações em relação aos itens demandados na NBC ITG 2003 (R1). Assim, é possível identificar as principais lacunas de divulgação, de modo que os *stakeholders* atuem e as organizações elevem seu nível de evidenciação.

**Palavras-chave:** Clubes de futebol. Evidenciação. NBC ITG 2003 (R1). Desempenho Econômico-financeiro. Santa Catarina.

## ABSTRACT

In addition to standing out in the sports field, Santa Catarina's soccer clubs have relevance in the local economy. They generate jobs, and they impact tax collection. Its financial statements interest entrepreneurs, managers, suppliers, investors, and the government. Thus, the present study aims to examine the level of evidence in compliance with the NBC ITG 2003 (R1) and the economic-financial performance of football clubs in Santa Catarina in the period between 2013 and 2020. The population comprises football clubs in Santa Catarina in activity between 2013 and 2020. The sample is equivalent to clubs that released at least five annual reports in the analyzed period. The sample was segregated into large and small clubs as a complementary procedure. The big clubs are the most times champions of the Santa Catarina championship and have participated in the uninterrupted form of the first division of this championship in recent years. A checklist developed based on the NBC ITG 2003 (R1) was used, based on the disclosure of the clubs' financial statements to measure the level of disclosure. To analyze the economic-financial performance, we analyzed the elements of the Balance Sheet (BP) and the Income Statement for the Year (DRE) and the indicators of liquidity, indebtedness, and profitability. As a result, BP and DRE were the most publicized statements, while the demo was the least publicized. As for the level of disclosure, based on the items NBC ITG 20 (R1), it found an average level of 37% for large groups and 10% for small groups. This level of disclosure is mainly due to the non-compliance with the BP items. Regarding the economic-financial performance, the study points out that, on average, most clubs present unsecured liabilities and economic losses. Furthermore, the current liquidity indicator revealed, in most clubs, difficulty in settling short-term debts. The results contribute to presenting the economic-financial panorama of clubs in Santa Catarina and the scenario of these organizations concerning the items demanded in the NBC ITG 2003 (R1). Thus, it is possible to identify the main disclosure gaps so that stakeholders act and organizations raise their level of disclosure.

**Keywords:** Soccer clubs. Disclosure. NBC ITG 2003 (R1). Economic-Financial Performance. Santa Catarina.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Nível de evidenciação por demonstrativo, segregado pelo tamanho dos clubes.....34

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução das principais legislações que regem as entidades desportivas.....	22
Quadro 2 - <i>Checklist</i> com itens da NBC ITG 2003.....	28
Quadro 3 - Indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade .....	31

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição da amostra.....	27
Tabela 2 - Quantidade de publicações no período (2013 – 2020).....	32
Tabela 3 - Nível de evidenciação .....	35
Tabela 4 - Média de páginas e itens das NE.....	37
Tabela 5 – Relatórios de auditoria e opiniões .....	38
Tabela 6 - Grupos do Balanço Patrimonial .....	40
Tabela 7 - Grupos da Demonstração do Resultado do Exercício .....	42
Tabela 8 - Indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade .....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC Ativo Circulante

ANC Ativo não Circulante

AT Ativo Total

BP Balanço Patrimonial

CBF Confederação Brasileira de Futebol

CFC Conselho Federal de Contabilidade

DF Dependência Financeira

DFC Demonstração de Fluxo de Caixa

DMPL Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRA Demonstração do Resultado Abrangente

DRE Demonstração do Resultado do Exercício

ET Exigível Total

ITG Interpretação Técnica Geral

LC Liquidez Corrente

NBC Norma Brasileira de Contabilidade

NE Notas Explicativas

PC Passivo Circulante

PL Patrimônio Líquido

PNC Passivo não Circulante

RB Receita Bruta

RE Resultado do Exercício

ROA Retorno sobre o Ativo

SAF Sociedade Anônima de Futebol

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	OBJETIVOS .....	17
1.1.1	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>17</b>
1.1.2	<b>Objetivos específicos.....</b>	<b>17</b>
1.2	JUSTIFICATIVA .....	17
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>19</b>
2.1	EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL ( <i>DISCLOSURE</i> ) .....	19
2.2	LEGISLAÇÕES APLICADAS A CLUBES DE FUTEBOL .....	20
2.3	ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	22
2.4	ESTUDOS CORRELATOS .....	24
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>27</b>
3.1	POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	27
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS .....	27
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	30
3.3.1	<b>Nível de evidenciação.....</b>	<b>30</b>
3.3.2	<b>Análise do desempenho econômico-financeiro.....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADO .....</b>	<b>32</b>
4.1	EVIDENCIAÇÃO .....	32
4.1.1	<i>Disclosure</i> das demonstrações contábeis.....	32
4.1.2	<b>Nível de evidenciação.....</b>	<b>35</b>
4.2	AUDITORIA .....	38
4.3	AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	40
4.3.1	<b>Balanco patrimonial .....</b>	<b>40</b>
4.3.2	<b>Demonstração do resultado do exercício .....</b>	<b>42</b>
4.3.3	<b>Indicadores econômico-financeiro .....</b>	<b>44</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

<b>APÊNDICE A – Divulgação do relatório financeiro da população .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE B – Divulgação das demonstrações contábeis e do relatório de auditoria, segregado pelo tamanho dos clubes.....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE C – Nível de evidenciação por ano.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Souza et al. (2011), o futebol é considerado um dos principais fenômenos socioculturais do século XXI, já que influencia diversos âmbitos da sociedade, como o político, cultural, social e econômico. Esse esporte desperta um sentimento de amor inexplicável, que constrói vínculos emocionais muito fortes entre os torcedores e os clubes (PEREIRA et al., 2015; SANTOS et al., 2020). Essa paixão em parte da população, possibilitou que o futebol, que normalmente era associado a um contexto de entretenimento e lazer, se transformasse em um grande negócio (COSTA; ROCHA; OLIVEIRA, 2008; LOURENÇO, 2011).

Tal fenômeno torna-se perceptível com a movimentação de recursos que é gerada, através da venda de jogadores, marketing, bilheteria dos jogos e direitos televisivos, os quais repercutem positivamente na economia local (DANTAS; BOENTE, 2011). De acordo com o relatório Impacto do Futebol Brasileiro, produzido pela consultoria Ernst & Young Global Limited (EY), com dados de 2018, toda cadeia produtiva do futebol brasileiro, direta e indiretamente, movimentou um total de R\$ 52,9 bilhões na economia, o que representou 0,72% do produto interno bruto (PIB) nacional (CBF, 2019).

Diante desta evolução, que fizeram os clubes ganharem importância na economia brasileira, surgiram legislações e outras regulamentações com o objetivo de trazer maior transparência e profissionalismo ao esporte. A partir da Lei nº 10.672/03, os clubes ficaram obrigados a elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis de cada período, após terem sido auditadas por auditores. Outra norma importante foi a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2003, que estabeleceu novos procedimentos e a estruturação das demonstrações contábeis (OLIVEIRA; ANDRADE, 2018). Dessa forma, as legislações influenciaram no aumento da divulgação e regularam como ela deve ser feita (HOLANDA et al., 2012; MARTINS; SANTOS, 2022).

As informações financeiras dos clubes de futebol interessam a muitos usuários, como os torcedores, associados, gestores, credores, investidores e as instituições governamentais. Essas informações são fundamentais para a tomada de decisão dos usuários e para o processo de análise, visto que evidenciam o desempenho e a situação financeira da entidade (RASCHKA; WALLNER; COSTA, 2010).

A análise do nível de evidenciação é tema recorrente em estudos sobre clubes de futebol. Raschka, Wallner e Costa (2010) analisaram a aderência às práticas contábeis, através

da evidenciação das demonstrações contábeis em clubes paulistas de futebol. Holanda et al. (2012) investigaram determinantes do nível de *disclosure* em clubes brasileiros de futebol. Já Oliveira e Andrade (2018) verificaram a aplicação da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) ITG 2003 nos demonstrativos contábeis de clubes de futebol do Rio de Janeiro.

Pacheco e Souza (2019) examinaram a associação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. Lucena e Correia (2019) verificaram como os clubes de futebol brasileiro evidenciaram seus itens sobre provisões e passivos contingentes à luz do CPC 25 e ITG 2003 (R1). Martins e Santos (2022) verificaram os fatores que influenciam o nível de *disclosure* das informações contábeis dos clubes de futebol da primeira divisão do campeonato brasileiro de 2018.

Algumas pesquisas já avaliaram os clubes de futebol do estado de Santa Catarina, como Frey e Zaia (2015), que verificaram se as demonstrações contábeis dos clubes integrantes do campeonato catarinense de 2012 estavam de acordo com a legislação contábil. Paulo (2018) examinou a evidenciação contábil dos ativos intangíveis em três clubes catarinenses. Já Silva (2021) analisou se as demonstrações contábeis de 2019 de quatro clubes catarinenses estavam em conformidade com a ITG 2003 (R1).

Com este estudo, pretende-se estender a análise destes trabalhos, abrangendo um maior quantitativo de clubes catarinenses, 19, e em um período mais amplo, 2013 a 2020, abordando, além dos aspectos relacionados à evidenciação, o panorama da situação econômico-financeiro. Desta forma, tem-se maior comparabilidade, examinando clubes de menor expressão, que tem carência de estudos, além de verificar se houve alguma evolução da evidenciação no decorrer dos anos.

Destaque no cenário nacional desde o começo dos anos 2000, dentro e fora das quatro linhas, o futebol catarinense vem se mostrando cada vez mais expressivo. Esta relevância se dá pelos títulos conquistados, pelas campanhas de sucesso e por gestões responsáveis, que fizeram com que os clubes conseguissem atrair mais torcedores e conseqüentemente maiores receitas (MAIA, 2015). Além disso, tem-se a contribuição econômica para o estado, por meio da geração de empregos, serviços e recolhimento de tributos.

Com isso, busca-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: Qual o nível de evidenciação dos clubes catarinenses de futebol em atendimento à NBC ITG 2003 (R1) e qual o desempenho econômico-financeiro deles?

## 1.1 OBJETIVOS

Por meio do problema apresentado, o estudo contém os seguintes objetivos geral e específicos:

### 1.1.1 Objetivo geral

Examinar o nível de evidenciação em atendimento à NBC ITG 2003 (R1) e o desempenho econômico-financeiro dos clubes catarinenses de futebol no período entre 2013 e 2020.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral, traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Identificar os demonstrativos contábeis divulgados pelos clubes catarinenses de futebol no período de 2013 e 2020;
- b. Verificar a publicação e opinião expressa nos relatórios de auditoria dos clubes catarinenses de futebol;
- c. Examinar o nível de evidenciação dos clubes catarinenses de futebol com base na ITG 2003 (R1);
- d. Analisar o desempenho econômico-financeiro dos clubes catarinenses de futebol.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Desde o começo deste século, Santa Catarina teve ativa participação na Série A do campeonato brasileiro, não tendo representantes apenas nos anos de 2001 e 2020. Já em 2015, o estado teve quatro equipes na elite do futebol brasileiro, que equivale a 20% dos clubes do campeonato. Além disso, registra um título na Copa Sul-Americana, um título na Copa do Brasil e títulos nas séries B, C e D do campeonato brasileiro.

A Federação Catarinense de Futebol (FCF) ocupa o sexto lugar, entre as 27 participantes, no ranking nacional das federações de 2022, em que a pontuação representa a somatória de pontos de todos os seus clubes filiados (CBF, 2021). Ademais, de acordo com o

ranking nacional dos clubes deste mesmo ano, o estado tem cinco times entre os primeiros 50 colocados (CBF, 2021).

Santa Catarina, em 2018, era o segundo estado brasileiro que mais possuía clubes registrados na CBF em seu território, com agremiações em 14% dos municípios (CBF, 2019). Esses clubes geram diversos empregos, diretos e indiretos, serviços, além de impactarem na arrecadação de impostos, criando uma grande cadeia produtiva.

Percebe-se, pelas relações conjuntas, a relevância destes clubes no segmento esportivo, na economia e a importância da evidenciação para tomada de decisão e fiscalização dos usuários da informação, entre eles os investidores, torcida, credores, gestores e governo. Assim, identifica-se como contribuição da pesquisa a apresentação dos cenários de atendimento a normativa e econômico, que possibilita a identificação dos clubes e partes interessadas as lacunas de divulgação e panorama econômico-financeiro dessas organizações. Estas contribuições se relacionam com estudos que analisam normativas que se aplicam a clubes de futebol, como Raschka, Wallner e Costa (2010), Souza et al. (2016), Lucena e Correia (2019), Lins e Rêgo (2020), e estudos de análise econômico-financeira, como Pereira et al. (2015) e Piva, Macedo e Marques (2020).

Desta forma, o presente trabalho busca abordar o panorama da evidenciação contábil dos clubes catarinenses de futebol, com a análise de quais relatórios e demonstrações financeiras eles divulgam, e se atendem a norma vigente. Além de abordar o cenário econômico-financeiro destes clubes, denotando a situação financeira deles, como a liquidez, rentabilidade e endividamento.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL (*DISCLOSURE*)

O principal objetivo da contabilidade é fornecer informações econômicas relevantes para os vários tipos de usuários, de uma maneira que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança (IUDÍCIBUS, 2010). Esses usuários podem ser internos ou externos, destacando-se os gestores, investidores, governo e instituições financeiras (PIVA; MACEDO; MARQUES, 2020).

Como existem diversos tipos de usuários da informação contábil, exige-se uma maior preocupação, por parte dos profissionais da área, em relação a divulgação ou evidenciação dessas informações de forma transparente e compreensível (PEREIRA et al., 2005). A informação contábil é fundamental para diversas áreas organizacionais, entre elas o processo de avaliação, políticas de investimento e financiamento e até mesmo para os órgãos reguladores e fiscalizadores (PIVA; MACEDO; MARQUES, 2020).

Evidenciação contábil ou *Disclosure* é o processo de divulgação de informações quantitativas e qualitativas, com o propósito de auxiliar na tomada de decisão (IUDÍCIBUS, 2010). Dessa forma, o *disclosure* estabelece uma conexão da contabilidade com seus objetivos (VERGILATO, 2014). Para Iudícibus (2010), o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.

Ainda de acordo com Iudícibus (2010), existem as seguintes formas de realizar a evidenciação: “forma e apresentação das demonstrações contábeis; informações entre parênteses; notas explicativas; quadros e demonstrativos suplementares; comentário do auditor e relatório da administração”.

É na forma e apresentação das demonstrações contábeis que deve conter a maior quantidade de evidenciação. A forma ou ordem que tais demonstrações são apresentadas, ajudam a melhorar sua intratabilidade e evidência. Além disso, é importante também utilizar uma terminologia clara e simples (IUDÍCIBUS, 2010).

Ante o exposto, percebe-se que a evidenciação é um instrumento fundamental para a contabilidade, pois é por meio dela que seus usuários, sejam eles internos ou externos, tomam suas decisões em relação à instituição analisada. Quanto mais clara e objetiva as informações divulgadas forem, maior será seu nível de confiabilidade (RASCHKA; WALLNER; COSTA, 2010).

## 2.2 LEGISLAÇÕES APLICADAS A CLUBES DE FUTEBOL

O primeiro ato normativo a estabelecer os princípios dos desportos no país foi o Decreto Lei nº 3.199, de 1941. Ele proibia a organização e o funcionamento de entidades desportivas que visassem o lucro e o Estado era quem regulamentava toda atividade desportiva (FIGUEIREDO; SANTOS; CUNHA, 2017).

Com o aumento da profissionalização das entidades desportivas, na década de 1990 (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009), somado a um longo período sem nenhuma alteração de destaque na legislação desportiva no Brasil, foi publicada em 1993, a Lei nº 8.672, conhecida como “Lei Zico” (OLIVEIRA; ANDRADE, 2018). Esta lei teve como objetivo adaptar a legislação brasileira ao cenário esportivo mundial, rompendo com o intervencionismo do Estado e incentivando o investimento do setor privado no esporte. Entretanto, a principal alteração foi a possibilidade de transformar as entidades desportivas em entidades com fins lucrativos (SOUZA et al., 2016).

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.615, conhecida como “Lei Pelé”, a qual teve como finalidade aprimorar a Lei nº 8.672/1993, que teve baixa aderência dos clubes (SOUZA et al., 2016). Uma das principais alterações foi extinção do direito de passe de atletas de futebol profissional, que era considerado a principal fonte de receita dos clubes (OLIVEIRA; ANDRADE, 2018). Outro destaque foi a obrigatoriedade de os clubes se transformarem em empresas comerciais (SOUZA et al., 2016).

Em 2003, foi sancionada a lei nº 10.672, que alterou alguns dispositivos da Lei Pelé. Esta lei foi um marco na profissionalização das agremiações desportivas, pois promoveu a inserção dos princípios a serem observados pelas entidades, destacando-se os princípios da transparência financeira e administrativa (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009). A partir dela, os clubes passaram a ter a obrigação de elaborar e divulgar suas demonstrações financeiras devidamente auditadas (FREY; ZAIA, 2015).

No início, as demonstrações financeiras não eram comparáveis devido à ausência de padronização e de uma norma específica. Por isso, visando trazer maior transparência e confiabilidade as demonstrações, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Resolução nº. 1.005/04, aprovando a NBC T 10.13, que estabeleceu procedimentos específicos de avaliação, registros e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades desportivas profissionais, criando assim um padrão a ser seguido (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009).

A Lei nº 12.395, de 2011, alterou algumas disposições da Lei Pelé, entre elas a redação do Art. 46-A, estabelecendo legalmente o CFC como órgão definidor dos padrões e critérios para elaboração das demonstrações financeiras e estipulou a obrigatoriedade da divulgação das demonstrações contábeis no sítio eletrônico da própria entidade ou liga desportiva (BRASIL, 2011).

Em 2015, foi aprovada a Lei nº 13.155, chamada de chamada Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE), que estabeleceu princípios e práticas de responsabilidade fiscal, financeira e de gestão, além de criar o parcelamento de dívidas tributárias com a União, a partir do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), visando promover a gestão transparente e o equilíbrio financeiro dos clubes de futebol (UMBELINO et al., 2019).

Foi feita uma revisão e atualização da NBC T 10.13, gerando a ITG 2003, aprovada em 2013 pela resolução CFC 1.429. Em 2017, foi aprovada e realizada uma nova modernização desta norma, passando a ser ITG 2003 (R1). Esta última alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Interpretação Técnica Geral 2003 (R1) estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e estrutura das demonstrações das entidades de práticas desportivas profissionais e não profissionais. A norma possui 17 itens, divididos em objetivo, alcance, registros contábeis, controles de gastos com formação de atletas e demonstrações contábeis (CFC, 2017).

Por fim, no ano de 2021 entrou em vigor a Lei nº 14.193/21, que possibilita que os clubes de futebol se tornem empresas, através da Sociedade Anônima do Futebol (SAF). A legislação prevê que as SAFs podem pedir recuperação judicial, negociando suas dívidas no poder judiciário, além de autorizar que os clubes emitam debêntures como forma de financiamento para atrair investidores (COCCETRONE, 2021). A lei criou também um regime tributário específico, em que o clube-empresa pagará impostos diferentes de associações civis sem fins lucrativos e empresas comuns (CAPELO, 2021).

O Quadro 1 apresenta, de forma resumida, a evolução das legislações aplicadas as entidades desportivas, bem como suas principais mudanças.

Quadro 1 - Evolução das principais legislações que regem as entidades desportivas

Ano	Legislação	Principais Aspectos
1941	Decreto Lei nº 3.199	Primeiro ato normativo dos desportos do país. Atividades desportivas não podiam visar o lucro e o Estado era quem a regulamentava.
1993	Lei nº. 8.672 - Lei Zico	Proibição da intervenção estatal em entidades desportivas. Impulsionou a participação e o investimento do setor privado no esporte. Possibilitou os clubes serem geridos como entidades com fins lucrativos.
1998	Lei nº. 9.615 - Lei Pelé	Revogação da Lei do Passe. Transformação dos clubes em empresas.
2003	Lei n.º 10.672	Inseriu princípios a serem observados pelas entidades. Obrigatoriedade de elaborar e divulgar as demonstrações financeiras.
2004	Resolução nº. 1.005 - CFC	Aprovação da NBC T 10.13, que estabeleceu critérios e procedimentos contábeis específicos as entidades desportivas profissionais.
2011	Lei n.º 12.395	Estabeleceu legalmente o CFC como definidor dos padrões e critérios contábeis. Obrigatoriedade de divulgação das demonstrações financeiras em sítio eletrônico próprio ou da federação.
2013	Resolução nº 1.429 – CFC (ITG 2003)	Revisão e atualização dos critérios e procedimentos estabelecidos na NBC T 10.13.
2015	Lei nº. 13.155 - Lei da Responsabilidade Fiscal	Criação de princípios e práticas de responsabilidade fiscal, financeira e de gestão, assim como um programa de parcelamento das dívidas fiscais, chamado PROFUT.
2017	Resolução nº 1.429 – CFC (ITG 2003 (R1))	Nova revisão e atualização dos critérios e procedimentos estabelecidos na NBC T 10.13.
2021	Lei nº 14.193 – Lei do Clube-Empresa	Possibilitou a criação do clube-empresa, através da SAF.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante do exposto, observa-se mudanças significativas quanto a obtenção de lucros e organização desportiva, e que a legislação mais focada na parte contábil pode ser considerada recente, já que apenas a partir de 2003 que os clubes foram obrigados a divulgar suas demonstrações contábeis. Em clubes ingleses, por exemplo, há relatórios desde 1990 (SZYMANSKI; SMITH, 1997).

### 2.3 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

De acordo com Assaf Neto e Lima (2014), as demonstrações contábeis são um conjunto de informações apuradas e divulgadas pela empresa, que revelam os vários resultados

do seu desempenho em um exercício social. Por meio destas, é possível obter conclusões sobre a real situação da empresa.

A análise das demonstrações financeiras visa principalmente o estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em um período passado, para identificar sua posição atual e produzir resultados que auxiliem a previsões de tendências futuras (ASSAF NETO; LIMA, 2014). A análise econômica é o estudo da capacidade de formação de lucros da entidade, em relação aos recursos investidos em seu patrimônio, levando em conta os riscos envolvidos. Já a análise financeira estuda as condições de liquidez e solvência da entidade através das condições dela em saldar seus compromissos e os riscos relacionados (SILVA, 2021).

Segundo Marion (2006), para conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa, é necessário analisar três pontos fundamentais: Liquidez (situação financeira), Rentabilidade (situação econômica) e Endividamento (estrutura de capital).

Como instrumentos de gestão e por meio dos relatórios contábeis é possível criar indicadores que possibilitam acompanhar e avaliar a situação da empresa, das metas preestabelecidas, além de identificar problemas e possíveis melhorias (SANTOS; DANI; HEIN, 2016).

Os índices de liquidez são muito utilizados para avaliar o desempenho financeiro das empresas, tanto por usuários internos quanto externos (SANTOS et al., 2020). Esses indicadores têm como objetivo medir a capacidade da entidade em saldar suas obrigações passivas assumidas, sejam elas de curto ou longo prazo (ASSAF NETO; LIMA, 2014).

Os indicadores de endividamento e estrutura visam compreender como a organização está financiando suas operações, demonstrando o quanto de recursos próprios (patrimônio líquido) e de recursos de terceiros (passivos) estão sendo utilizados para financiar os ativos totais da empresa (ASSAF NETO; LIMA, 2014).

Já os indicadores de rentabilidade buscam evidenciar o retorno econômico do que foi investido na empresa (SANTOS et al., 2020). Segundo Assaf Neto e Lima (2014), uma análise baseada somente no valor do lucro líquido, por exemplo, é insuficiente para interpretação, já que não reflete se o resultado gerado no exercício foi conveniente ou não com o capital investido.

## 2.4 ESTUDOS CORRELATOS

Com relação aos estudos anteriores que abordaram especificamente a evidenciação de informações contábeis em clubes de futebol, pode-se destacar a pesquisa de Marques et al. (2017), que identificaram a carência de transparência das demonstrações contábeis dos clubes brasileiros, principalmente em relação às notas explicativas.

Estudos como o de Silva, Teixeira e Niyama (2009) verificaram o nível de evidenciação das informações geradas pelos clubes de futebol brasileiro. Através de análises estatísticas e testes de hipótese, constatou-se que quanto maior o total de receitas recebidas pelo clube de futebol, maior é o nível de evidenciação de suas informações contábeis. Observou-se, também, uma relação entre o desempenho dos clubes em competições profissionais com as decisões de evidenciar as informações financeiras.

As autoras Raschka, Wallner e Costa (2010) analisaram as demonstrações contábeis de 2005 a 2008 dos quatro clubes paulistas de futebol com maior número de torcedores, sendo eles o Santos Futebol Clube, São Paulo Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras e Sport Club Corinthians Paulista, com a finalidade de analisar a aderência com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil. Baseado na NBC T 10.13, na Lei nº 6.404/76 e suas alterações e na Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé), as autoras criaram um índice utilizado para avaliar a aderência. Os resultados verificaram que, com exceção do Corinthians em 2007 e 2008, os clubes analisados aderiram às práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

Holanda et al. (2012) constataram que o nível de *disclosure* sobre os custos com formação de atletas dos clubes brasileiros de futebol vem aumentando no tempo, principalmente em relação às informações em notas explicativas nas demonstrações contábeis, e que tal nível de *disclosure* é afetado por atributos econômico-institucionais.

Lucena e Correia (2019) verificaram como os clubes de futebol brasileiro evidenciaram seus itens sobre provisões e passivos contingentes à luz do CPC 25 e ITG 2003 (R1). Os resultados apontaram desconformidade na qualidade de evidenciação das provisões e contingências passivas para a maioria das entidades. Entretanto, percebeu-se que a média anual de conformidade e qualidade da evidenciação nos clubes analisados é crescente.

Já Souza et al. (2016) constataram a falta de uniformidade na apresentação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol da série A do campeonato brasileiro de 2013, devido à não observância aos preceitos estabelecidos na NBC ITG 2003. Isso dificulta a

interpretação dos registros contábeis e a avaliação do patrimônio das entidades, aumentando o risco de uma tomada de decisão errada.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, o estudo de Lins e Rêgo (2020) constatou, nos clubes do campeonato brasileiro de futebol da série A de 2017, que não há uma uniformidade na publicação das demonstrações financeiras, devido a inobservância da norma ITG 2003 (R1), principalmente quanto a DRA. Identificou-se, também, que o nível de aderência dos clubes a referida norma foi na média de 50%.

Figueiredo, Santos e Cunha (2017) analisaram o nível de evidenciação compulsória e voluntária dos clubes de futebol das séries A e B no que concerne aos aspectos de apresentação das demonstrações contábeis no período de 2011 a 2015. Os resultados apontaram que a maioria dos clubes divulgam suas demonstrações contábeis, entretanto, muitas delas são precedidas por parecer de auditoria com ressalva, devido a não observância de alguma norma contábil. Além disso, os resultados indicaram um índice médio de evidenciação de 61% dos clubes da série A e 35,2% da série B.

Já a pesquisa dos autores Piva, Macedo e Marques (2020), teve como objetivo analisar a relação entre o nível de evidenciação contábil e os desempenhos financeiro e esportivo dos clubes brasileiros de futebol, entre 2013 e 2015, que disputaram as séries A, B ou C, e que apresentaram todas as demonstrações contábeis desse período. Somente através da análise de regressão defasada, que os resultados demonstraram associação entre o nível de evidenciação contábil e as variáveis financeiras rentabilidade e endividamento. Já a relação positiva com o desempenho esportivo foi verificada na regressão e regressão defasada.

Pacheco e Souza (2019) examinaram a associação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. Percebeu-se uma associação positiva apenas entre as variáveis Ativo Intangível e Resultado Líquido do Exercício, de forma que quanto maior o intangível do clube, maior tende a ser sua evidenciação, da mesma forma para o resultado líquido.

Por fim, Martins e Santos (2022) verificaram que o nível de evidenciação dos clubes de futebol da primeira divisão do campeonato brasileiro de 2018 foi de 68,66%, de acordo com a ITG 2003. Concluíram também que o desempenho esportivo influencia no nível de *disclosure* pois a variável Ranking da CBF se mostrou tendo uma relação positiva e significativa estatisticamente. Do resultado do desempenho econômico-financeiro a Liquidez Geral é um dos fatores que podem influenciar no nível de *disclosure* dos clubes mostrando significância estatística.

Em síntese, observa-se aspectos convergentes nos resultados das pesquisas, como a falta de transparência e uniformidade das demonstrações contábeis dos clubes brasileiros, a relação positiva entre o nível de evidenciação com a performance esportiva e que o desempenho econômico-financeiro pode influenciar no nível de *disclosure*.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população compreende os clubes catarinenses de futebol profissional em atividade entre 2013 e 2020, totalizando 45 clubes, conforme Apêndice A. Enquanto a amostra desse estudo equivale aos clubes que divulgaram, pelo menos, cinco relatórios anuais, no período analisado.

Na Tabela 1 estão relacionados os 19 clubes que compõe a amostra, bem como suas respectivas cidades de origem e o número de participações em cada série do Campeonato Catarinense e do Brasileiro, durante o período analisado.

Tabela 1 - Composição da amostra

Clube	Cidade	Estadual			Brasileiro			
		Série			Série			
		A	B	C	A	B	C	D
Avai Futebol Clube	Florianópolis	8	0	0	3	5	0	0
Associação Chapecoense de Futebol	Chapecó	8	0	0	6	2	0	0
Barra Futebol Clube	Balneário Camboriú	0	5	3	0	0	0	0
Brusque Futebol Clube	Brusque	6	2	0	0	0	1	4
Camboriú Futebol Clube	Camboriú	2	6	0	0	0	0	0
Clube Atlético Metropolitano	Blumenau	6	2	0	0	0	0	5
Clube Atlético Tubarão	Tubarão	4	4	0	0	0	0	3
Clube Náutico Marcílio Dias	Itajaí	4	4	0	0	0	0	2
Concórdia Atlético Clube	Concórdia	2	6	0	0	0	0	0
Criciúma Esporte Clube	Criciúma	8	0	0	2	5	1	0
Esporte Clube Internacional	Lages	4	3	1	0	0	0	4
Figueirense Futebol Clube	Florianópolis	8	0	0	3	5	0	0
Fluminense Futebol Clube	Joinville	0	4	3	0	0	0	0
Futebol Clube do Porto	Porto União	0	4	4	0	0	0	0
Grêmio Esportivo Juventus	Jaraguá do Sul	3	5	0	0	0	0	0
Guarani de Palhoça Futebol	Palhoça	3	5	0	0	0	0	1
Hercílio Luz Futebol Clube	Tubarão	2	6	0	0	0	0	1
Joinville Esporte Clube	Joinville	8	0	0	1	3	2	2
Sport Club Jaraguá	Jaraguá do Sul	0	2	6	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Para a realização da coleta de dados, sucederam-se pesquisas na seção “financeiro” do *website* oficial da Federação Catarinense de Futebol, bem como nos *websites* oficiais dos clubes participantes da amostra.

Para esta pesquisa, foram analisadas as demonstrações financeiras de cada exercício, especificamente, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Notas Explicativas (NE) e o Relatório da auditoria de cada agremiação. Para tanto, utilizou-se um *checklist*, adaptado do estudo do Souza et al. (2016) e utilizado por Neis (2021) e Martins e Santos (2022), conforme demonstra o Quadro 2. Este instrumento de pesquisa foi elaborado de acordo com a Resolução CFC número 1.429/2013, que aprovou a norma ITG 2003, com o intuito de verificar o nível de aderência e evidenciação desta norma por parte dos clubes analisados, a partir da divulgação de suas respectivas demonstrações.

Quadro 2 - *Checklist* com itens da NBC ITG 2003

	<b>Itens Avaliados</b>	<b>Normatização</b>
Item	<b>Demonstrações obrigatórias NBC ITG 2003</b>	
1	Balanço Patrimonial	Item 16 da NBC ITG 2003
2	Demonstração do Resultado	
3	Demonstração do Resultado Abrangente	
4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	
6	Notas Explicativas	
1	<b>Balanço Patrimonial NBC ITG 2003</b>	
1.1	Segregação da atividade desportiva profissional das demais (contas patrimoniais)	Item 17 da NBC ITG 2003
1.2	Valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (Ativo Intangível)	Item 4 a da NBC ITG 2003
1.3	Aquisição de direitos contratuais sobre atletas (Ativo Intangível)	
1.4	Renovação de contratos com atletas (Ativo Intangível)	
<i>Arrecadação antecipada (Passivo Circulante ou não circulante)</i>		
1.5	Bilheteria (parte destinada à entidade)	Item 11 da NBC ITG 2003
1.6	Antecipação contratual a atleta	Item 12 da NBC ITG 2003
1.7	Direito de transmissão e de imagem	Item 11 da NBC ITG 2003
1.8	Patrocínio	
1.9	Publicidade	
1.10	Luva	
2	<b>Demonstração do Resultado do Exercício NBC ITG 2003</b>	
2.1	Segregação da atividade desportiva profissional das demais (receitas, custos e despesas)	Item 18 da NBC ITG 2003

2.2	Valores gastos que não estejam diretamente relacionados com a formação de atletas (despesa)	Item 5 da NBC ITG 2003
<i>Contas específicas de receita:</i>		
2.3	Multa rescisória recebida pela liberação do atleta	Item 9 da NBC ITG 2003
2.4	Bilheteria (parte destinada à entidade)	Item 10 da NBC ITG 2003
2.5	Direito de transmissão e de imagem	
2.6	Patrocínio	
2.7	Publicidade	
2.8	Luva	
2.9	Cessão definitiva de direitos profissionais de atletas	Item 14 da NBC ITG 2003
3	<b>Notas Explicativas NBC ITG 2003</b>	
<i>Itens específicos:</i>		
3.1	Gastos com a formação de atletas, registrados no Ativo Intangível e o valor amortizado constante do resultado do período;	Item 17 da NBC ITG 2003
3.2	Composição dos direitos sobre os atletas, registrados no Ativo Intangível, segregados o valor do gasto do da amortização;	
3.3	Receitas auferidas por atividade;	
3.4	O total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual ou por categoria ou a inexistência de direito econômico;	
3.5	Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva;	
3.6	Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas, de acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e	
3.7	Seguros contratados para os atletas profissionais e para os demais ativos da entidade.	

Fonte: Adaptado de Souza et al. (2016)

Como análise adicional, foram coletados a quantidade de páginas e o número de itens das NE. Por fim, no Relatório da Auditoria Independente foram coletadas as empresas que realizaram e a opinião expressa nele. Deste modo, acrescenta-se a verificação de indícios da qualidade e detalhamento das NE, além de analisar a confiabilidade das informações financeiras dos clubes.

Ademais, como este estudo tem objetivo de analisar o desempenho econômico-financeiro dos clubes, foram coletados valores do BP como Ativo Circulante (AC), Ativo Não Circulante (ANC), Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ativo Total (AT), Passivo Circulante (PC), Passivo Não Circulante (PNC), Exigível Total (ET) e Patrimônio Líquido (PL). Na DRE, foram coletados os saldos da Receita Bruta (RB) e o Resultado do Exercício (RE).

Como procedimento complementar, segregou-se a amostra em clubes grandes e clubes pequenos. Os clubes grandes são: Avaí, Chapecoense, Criciúma, Figueirense e Joinville. Estes clubes têm as seguintes características: possuem mais que seis títulos do campeonato catarinense, participaram oito vezes da série A do campeonato estadual, e disputaram ao menos uma vez a série A e duas a série B do campeonato brasileiro, durante o período analisado. Os demais times foram classificados como pequenos, já que não possuem esses atributos.

Por fim, excluiu-se da amostra os exercícios de 2018, 2019 e 2020 do Figueirense, que fez a transição para S/A, mas não divulgou nenhum relatório a ela, apenas da associação, consequentemente, o período analisado do clube foi de cinco anos, e não oito como os demais. Além disso, não foram considerados os dados econômicos do Brusque nos anos de 2017 e 2018, em virtude da inconsistência de valores, e os valores da DRE do Porto de 2020, pois publicaram o mesmo demonstrativo do ano anterior.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.3.1 Nível de evidenciação

As informações contidas nas demonstrações financeiras foram tabuladas, classificadas e quantificadas. Posteriormente, foram analisados os resultados com o intuito de verificar o nível de aderência das demonstrações contábeis abordados pela NBC ITG 2003 (R1).

Para avaliar o nível de evidenciação, foi atribuído o valor 1 (um) em caso de atendimento à norma ou 0 (zero) em cenário contrário, em cada item do *checklist*. O valor que cada clube atingiu no período foi dividido pelo total de itens que a norma em estudo trata, e depois multiplicado por 100 para obter-se o percentual.

#### 3.3.2 Análise do desempenho econômico-financeiro

Para analisar o resultado econômico-financeiro, foram registrados durante os oito anos analisados, os valores totais do AC, ANC, PC, PNC, PL, RB e RE.

Ademais, calculou-se três indicadores econômico-financeiros: Liquidez Corrente (LC), Dependência Financeira (DF) e Retorno sobre Ativos (ROA). A LC mostra a capacidade da entidade de quitar dívidas a curto prazo, sendo medida pelo quociente entre o AC e o PC. O DF permite determinar o quanto se está usando de recursos de terceiros para a manutenção do

funcionamento do clube, sendo calculado pela divisão do ET e PL. Já o ROA indica a rentabilidade com base nos ativos, através do quociente RE e AT.

Quadro 3 - Indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade

<b>Variável</b>	<b>Indicador</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Significado</b>
Liquidez	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Indica o quanto possui do Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante (ASSAF NETO; LIMA, 2014).
Endividamento	Dependência Financeira	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Ativo Total}}$	Indica quanto a entidade possui de capital de terceiros de para cada R\$ 1,00 de recurso investido em seus ativos (ASSAF NETO; LIMA, 2014).
Rentabilidade	Retorno sobre Ativos (ROA)	$\frac{\text{Resultado do Exercício}}{\text{Ativo Total}}$	Indica o retorno gerado por cada R\$ 1,00 investido pela empresa em seus ativos. (ASSAF NETO; LIMA, 2014).

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADO

### 4.1 EVIDENCIAÇÃO

#### 4.1.1 *Disclosure* das demonstrações contábeis

De acordo com o item 16 da NBC ITG 2003 (R1), as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela entidade desportiva profissional, são o BP, DRE, DRA, DMPL, DFC e as NE (CFC, 2017).

Na Tabela 2, apresenta-se o total de divulgações das demonstrações contábeis de cada clube, durante os anos de 2013 a 2020, por conseguinte, o máximo de relatórios do período são oito, sendo um relatório por ano. A única exceção é o Figueirense, que em função do processo de formulação e dissolução de estrutura societária diversa, o período analisado foi de cinco anos, portanto para o Figueirense o máximo de relatórios são cinco.

Tabela 2 - Quantidade de publicações no período (2013 – 2020)

	Clube	Relatórios	BP	DRE	DRA	DMPL	DFC	NE	Média de páginas
<b>Grande</b>	Avai	8	8	8	4	8	8	8	20
	Chapecoense	7	7	7	4	7	7	7	46
	Criciúma	8	8	8	7	8	8	8	25
	Figueirense	5	5	5	5	5	5	5	26
	Joinville	8	8	8	1	7	3	0	2
<b>Pequeno</b>	Barra	7	7	7	2	7	2	2	18
	Brusque	8	6	7	2	2	2	2	3
	Camboriú	6	5	6	0	6	4	2	6
	Concórdia	7	7	7	0	6	6	6	9
	Fluminense	5	5	5	0	0	0	0	3
	Guarani da Palhoça	7	7	7	1	3	3	2	5
	Hercílio Luz	7	7	2	0	0	0	0	3
	Internacional de Lages	5	5	4	0	0	0	0	3
	Jaraguá	7	7	7	0	0	0	0	5
	Juventus	6	6	6	0	0	0	0	3
	Marcílio Dias	6	6	6	0	6	0	0	7
	Metropolitano	8	8	8	0	3	3	4	5
	Porto	6	5	6	0	0	0	0	3
	Tubarão	5	5	3	0	0	0	4	5

Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: BP = Balanço Patrimonial; DRE = Demonstração do Resultado do Exercício; DRA = Demonstração do Resultado Abrangente; DMPL = Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; DFC = Demonstração de Fluxo de Caixa; NE = Notas Explicativas.

Observa-se que, de um modo geral, os clubes disponibilizaram os relatórios financeiros durante o período, com uma média de sete relatórios divulgados por agremiação. Nesse quesito inclusive, os clubes pequenos ficaram próximo dos grandes.

Examinado a quantidade de divulgação para cada demonstração, os clubes grandes que mais se destacaram positivamente foram o Avaí e o Criciúma. Já nos clubes pequenos, Barra, Concórdia e Metropolitano foram os destaques. Isso é um indício que esses clubes são mais preocupados com a transparência e a *disclosure* das informações que os demais.

As demonstrações contábeis mais divulgadas, nos dois grupos, foram o BP e a DRE. Em contrapartida, o demonstrativo menos evidenciado foi a DRA, principalmente nos clubes pequenos, onde só foi divulgado cinco vezes e em três clubes.

Tais resultados apresentam semelhanças com estudos realizados. Souza et al. (2016), Figueiredo, Santos e Cunha (2017) e Lins e Rêgo (2020) também constataram em suas pesquisas que a DRA é o demonstrativo menos divulgado pelos clubes. Isso pode ser decorrente por geralmente os clubes não possuírem outros resultados abrangentes, entretanto, trata-se apenas de um indício que não foi avaliado na presente pesquisa.

É possível observar também, que a maioria dos clubes pequenos não costuma divulgar a DFC e as NE. Isso é uma limitação, principalmente no caso das Notas Explicativas, que deveriam conter informações complementares àquelas apresentadas nas demonstrações, esclarecendo e detalhando itens já divulgados, contribuindo assim para quem está analisando os relatórios.

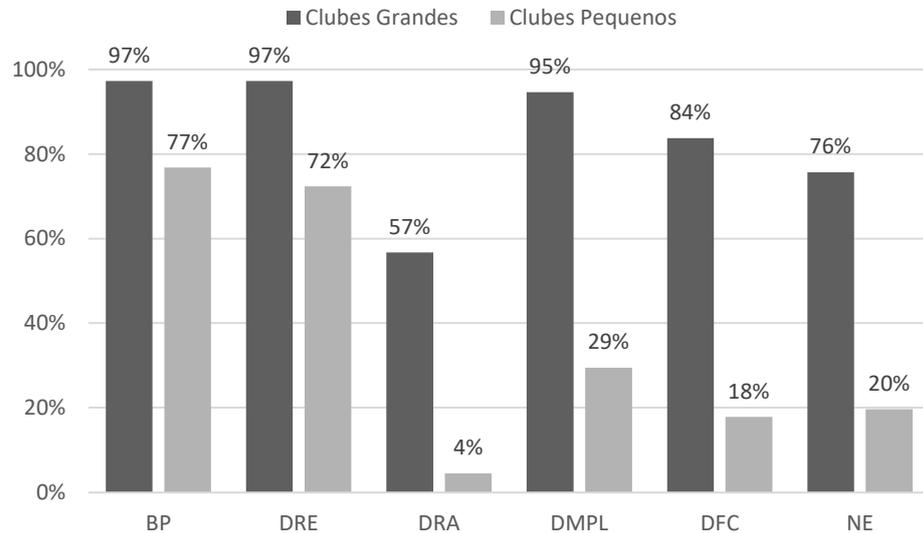
Como análise adicional, tem-se a média de páginas dos relatórios divulgados, em que os times grandes apresentam uma média quatro vezes maior que a dos pequenos (24 e 6). Os destaques de cada grupo foram a Chapecoense e o Barra, que possuem o dobro e o triplo, respectivamente, de páginas em relação à média dos grupos que fazem parte. Isso é um indício que há mais informações, com um detalhamento maior nestes relatórios.

Ressalta-se que o Joinville e o Brusque publicaram seus relatórios em formato de jornal, por isso a média de páginas ficou abaixo das demais, com duas e três páginas, respectivamente.

A Figura 1 retrata os seis demonstrativos obrigatórios pela NBC ITG 2003 (R1), com seus respectivos percentuais de publicação pelos 19 clubes que compõe a amostra, separados

nos dois grupos. Com isso, tem-se o nível de evidenciação de cada demonstração contábil obrigatória, comparando ainda os clubes grandes com os pequenos.

Figura 1 - Nível de evidenciação por demonstrativo, segregado pelo tamanho dos clubes



Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que, nos clubes pequenos, o BP e a DRE são as demonstrações normalmente divulgadas, já que a queda do percentual de divulgação dos outros demonstrativos comparados com estes é eminente, de 77% do BP para 4% na DRA, por exemplo. Isto sinaliza que há deficiência por parte desses clubes em atender o item 16 NBC ITG 2003 (R1). Em contrapartida, os clubes grandes além de possuírem percentuais maiores que os pequenos, não apresentam uma variação tão brusca entre as demonstrações contábeis.

Deste modo, percebe-se disparidade entre o nível de evidenciação das demonstrações obrigatórias dos clubes grandes para os pequenos, já que os clubes com maior expressão tiveram um percentual maior em todos os demonstrativos.

Leite e Pinheiro (2014) verificaram que quanto melhor o desempenho no campo e quanto maior o valor das receitas obtidas, maior é a exposição desses clubes, o que atrai o interesse de patrocinadores e investidores. Sendo assim, faz-se necessário a divulgação de demonstrações contábeis mais transparentes, com o intuito de atender um número maior de usuários destas informações.

No mesmo sentido, este estudo apresenta indício similar com o resultado obtido por Piva, Macedo e Marques (2020) e Martins e Santos (2022), que constataram relação positiva entre o nível de evidenciação com o desempenho esportivo.

#### 4.1.2 Nível de evidenciação

A Tabela 3 apresenta a média do percentual de divulgação dos itens do *checklist*, conforme a resolução NBC ITG 2003 (R1), bem como a média do nível de evidenciação de cada clube.

Tabela 3 - Nível de evidenciação

	Clube	DFS	BP	DRE	NE	Nível de Evidenciação
<b>Grande</b>	Avaí	92%	0%	79%	54%	51%
	Chapecoense	81%	1%	6%	50%	28%
	Criciúma	98%	19%	22%	68%	45%
	Figueirense	100%	0%	11%	57%	34%
	Joinville	56%	5%	44%	0%	25%
<b>Pequeno</b>	Barra	56%	0%	4%	4%	13%
	Brusque	44%	0%	18%	0%	13%
	Camboriú	48%	0%	31%	0%	18%
	Concórdia	67%	0%	4%	7%	15%
	Fluminense	21%	0%	4%	0%	5%
	Guarani da Palhoça	48%	0%	11%	7%	14%
	Hercílio Luz	19%	0%	6%	0%	5%
	Internacional de Lages	19%	0%	21%	0%	9%
	Jaraguá	29%	0%	3%	0%	6%
	Juventus	25%	0%	18%	0%	10%
	Marcílio Dias	38%	0%	3%	0%	8%
	Metropolitano	54%	0%	0%	4%	11%
	Porto	23%	6%	8%	0%	9%
	Tubarão	25%	6%	6%	0%	8%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: DFS = Demonstrações Financeiras; BP = Balanço Patrimonial; DRE = Demonstração do Resultado do Exercício; NE = Notas Explicativas.

Com relação aos itens do BP, pode-se observar que o nível de evidenciação no período apresenta margem para evolução, visto que a maioria dos itens não foi divulgada, sendo que 14 dos 19 clubes analisados não divulgaram nenhum dos itens. Além disso, dos dez itens relacionados a esta demonstração, cinco não foram divulgados nenhuma vez, por nenhum clube da amostra, são eles: 1.4 (Renovação de contratos com atletas), 1.5 (Bilheteria), 1.6 (Antecipação contratual a atleta), 1.9 (Publicidade) e 1.10 (Luva).

Dos cinco clubes que divulgaram ao menos um item, a Chapecoense divulgou o item 1.8 (Patrocínio), somente uma vez. O Criciúma divulgou o item 1.7 (Direito de transmissão e

de imagem) em todos os anos analisados e divulgou sete vezes o 1.8. Já o Joinville, divulgou três vezes o item 1.2 (Valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas) e uma o 1.3 (Aquisição de direitos contratuais sobre atletas). O Porto, por sua vez, divulgou cinco vezes o item 1.2. Por fim, o Tubarão divulgou duas vezes o item 1.1 (Segregação da atividade desportiva profissional das demais) e três o 1.2.

Percebe-se que, pelo baixo nível de divulgação dos itens do BP, os clubes não atenderam aos critérios estabelecidos pela NBC ITG 2003 (R1), e, embora esta tenha sido a demonstração mais divulgada, ela foi a que mais está em desacordo com a referida norma.

Sobre a DRE, de uma maneira geral, observa-se também a falta de evidenciação, já que maioria dos clubes ficou com uma média abaixo de 20%. A exceção é o Avaí, que se destacou com uma média de aproximadamente 80%, sendo que, exceto os itens 2.3 e 2.8, divulgou todos os outros itens nos oito anos analisados.

Os itens 2.3, multa rescisória recebida pela liberação do atleta, e 2.8, luva, foram os menos divulgados, com apenas uma e duas divulgações, respectivamente. Os outros itens apresentaram uma média de 30 divulgações, considerando todos os times e em todo período.

Constatou-se também que as entidades analisadas não possuem um padrão no processo de registros contábeis para os eventos de resultado do exercício, o que gera problemas de comparabilidade e tomada de decisão.

Analisando as Notas Explicativas, percebe-se novamente uma diferença entre os clubes grandes dos pequenos, com exceção do Joinville, que não divulgou nenhuma NE, os outros clubes grandes tiveram mais de 50% na média de evidenciação. Já os pequenos, em decorrência da não divulgação desta demonstração, apenas quatro clubes ficaram acima de 0%, mas nenhum passou de 8%.

Os dois itens mais evidenciados foram os itens 3.6, que trata sobre Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas, de acordo com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o item 3.7, sobre Seguros contratados para os atletas profissionais e para os demais ativos da entidade, com 31 e 27 divulgações, respectivamente.

Na Tabela 4 é possível verificar a média de páginas e de itens das notas explicativas dos clubes que a divulgaram pelo menos uma vez.

Tabela 4 - Média de páginas e itens das NE

	Clube	Páginas			Itens		
		Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Médio	Máximo
<b>Grande</b>	Avaí	7	9	11	14	16	18
	Chapecoense	1	22	31	5	26	32
	Criciúma	10	15	20	17	18	20
	Figueirense	15	17	22	20	21	22
<b>Pequeno</b>	Barra	5	5	5	14	15	15
	Brusque	3	3	3	9	9	9
	Camboriú	1	1	1	10	10	10
	Concórdia	1	4	6	6	7	10
	Guarani da Palhoça	5	6	6	13	14	14
	Metropolitano	2	4	6	10	7	2
	Tubarão	3	3	3	3	3	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como ocorreu no nível de evidenciação desta demonstração, percebe-se que a média de páginas e de itens das notas explicativas dos clubes grandes é superior ao dos clubes pequenos. Essa quantidade superior de itens pode indicar maior qualidade e detalhamento das informações.

O destaque neste quesito é a Chapecoense, que além de apresentar uma melhoria com o passar do tempo, possui maior média de página e de itens. Entretanto, entre os quatro grandes que divulgaram as NE, ela foi a entidade que ficou com a menor média de evidenciação neste demonstrativo, com 50%.

Já em relação ao nível de evidenciação, assim como ocorreu nas análises anteriores, os clubes grandes apresentaram um nível de evidenciação maior que os pequenos, 37% contra 10%. O clube que ficou com maior média de evidenciação foi o Avaí, com 51%. Em contrapartida, Fluminense e Hercílio Luz foram os clubes com menor média, ambos com 5%.

Comparando com o resultado do estudo realizado por Lins e Rêgo (2020), todos os clubes catarinenses, com exceção do Avaí, ficaram com uma média do nível de evidenciação abaixo dos clubes do campeonato brasileiro de futebol da série “A” de 2017, que na média evidenciaram cerca de 50% dos elementos indicados na norma. O estudo também verificou que os clubes com maiores médias foram o Botafogo de Futebol e Regatas e o Clube de Regatas do Flamengo, com 78,38%.

Na pesquisa de Figueiredo, Santos e Cunha (2017), os resultados indicaram um índice médio de evidenciação de 61% dos clubes da série A e 35,2% da série B, considerando o período

de 2011 a 2015. Nenhum clube catarinense apresentou índice médio superior ao dos clubes da série A e apenas o Avaí o Criciúma ficaram com média superior aos da série B.

Por fim, o estudo de Martins e Santos (2022) constataram que o nível médio de evidenciação dos clubes de futebol da série A do campeonato brasileiro de 2018 foi de 68,66%, sendo que o Flamengo apresentou maior nível de *disclosure*, com 82,93%, enquanto o menor foi o do Bahia, com 36,59%. Tanto os clubes grandes quanto os pequenos ficaram com a média abaixo da desses clubes. Além disso, nenhum clube catarinense chegou perto desta média.

Ante o exposto, percebe-se que os clubes catarinenses possuem uma média de evidenciação pequena comparada com outros estudos já realizados. Isto é resultado da inobservância da norma ITG 2003 (R1), demonstrando que os clubes precisam dar uma atenção maior a produção e publicação das informações úteis a tomada de decisão.

Conforme Apêndice C, de um modo geral, não foi constatada nenhuma evolução ou regressão do nível de evidenciação dos clubes durante os anos, inclusive o percentual se mantém estável na maioria. O Joinville apresenta uma queda no nível, principalmente a partir de 2019. Enquanto o Barra e Brusque aumentaram seus percentuais, também a partir de 2019. Ademais, tanto a média dos clubes grandes quanto a dos pequenos apresentou uma melhora até 2018, mas em 2019 e 2020 houve uma regressão em ambos os grupos.

## 4.2 AUDITORIA

A Tabela 5 contém os clubes que divulgaram, ao menos, um relatório auditado por auditores independentes. Nela, aborda-se o total de relatórios auditados, não auditados e relata se houve opiniões modificadas ou não durante o período estudado. Ressalta-se que fora analisado a existência de auditoria independente nos relatórios divulgados pelos clubes, podendo existir também, auditorias externas que não foram divulgadas.

Tabela 5 – Relatórios de auditoria e opiniões

	Clube	Relatórios		Opinião	
		Auditados	Não Auditados	Não modificada	Modificada
Grande	Avaí	8	0	8	0
	Chapecoense	6	1	4	2
	Criciúma	8	0	7	1
	Figueirense	5	0	0	5
	Joinville	7	1	4	3

<b>Pequeno</b>	Barra	7	0	7	0
	Camboriú	4	2	4	0
	Hercílio Luz	2	5	2	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que todos os clubes grandes publicaram o relatório de auditoria, com exceção da Chapecoense em 2014 e do Joinville em 2019. Entretanto, dos 14 clubes pequenos, durante os oito anos analisados, houve apenas 13 relatórios publicados, sendo que sete pertencem ao Barra.

Nas colunas referentes às opiniões, tem-se a opinião modificada, quando as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes, ou quando o(a) auditor(a) não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente (CFC, 2016) e a não modificada.

Destaca-se que, nos clubes grandes, o Avaí não teve nenhuma opinião modificada nos oito relatórios de auditoria, enquanto o Figueirense teve todos seus relatórios com opinião modificada, em decorrência do cálculo de depreciação dos bens, que não estavam de acordo com o pronunciamento do CPC 27. Já nos clubes pequenos, todos os relatórios de auditoria apresentaram opinião não modificada. Ressalta-se que, das 36 opiniões não modificadas, cinco delas foram com ênfase, sendo três do Avaí e duas da Chapecoense.

Em relação às empresas de auditorias independentes presentes nos relatórios auditados, destaca-se a ausência das empresas que compõem o grupo das Big Four, nomenclatura utilizada para se referir às quatro maiores e mais reconhecidas empresas de auditoria e consultoria do mundo, sendo elas, Ernst & Young Global Limited (EY), Deloitte Touche Tohmatsu Limited, PricewaterhouseCoopers (PwC) e KPMG International Limited.

Constata-se também a baixa variabilidade de empresas de auditoria independente utilizadas por cada clube, sendo que, Avaí, Barra, Camboriú, Chapecoense e Hercílio Luz tiveram seus relatórios auditados pela mesma empresa durante o período estudado. Isso foi destaque do parecer número 2021/001 do conselho fiscal do Avaí, em que houve uma recomendação de promover a contratação de nova empresa de auditoria, visto que o clube mantém a mesma por um período superior a cinco anos (AVAÍ, 2021).

Os resultados desta pesquisa apresentaram aspectos similares aos de Krauspenhar e Rover (2020), já que os clubes participantes de divisões superiores, como a série A e B do campeonato brasileiro, publicam mais seus relatórios de auditoria. Entretanto, com relação a distribuição dos tipos de opinião, os resultados foram divergentes, já que neste estudo houve

três vezes mais opiniões não modificadas do que modificadas, enquanto na pesquisa dos referidos autores o número foi quase igual para ambas.

### 4.3 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### 4.3.1 Balanço patrimonial

A Tabela 6 apresenta os valores mínimos, médios e máximos dos grupos que compõem o Balanço patrimonial de cada agremiação.

Tabela 6 - Grupos do Balanço Patrimonial

	Clube	Id	AC	ANC	PC	PNC	PL
Grande	Avaí	1	4.333	52.868	13.143	39.842	(18.168)
		2	9.112	60.564	26.175	48.544	(5.044)
		3	17.501	80.083	43.927	52.976	13.000
	Chapecoense	1	435	249	851	876	(106.070)
		2	23.168	10.850	36.838	19.260	(22.102)
		3	68.272	19.997	75.695	53.213	15.500
	Criciúma	1	1.636	49.968	1.976	9.117	23.135
		2	5.012	54.993	5.853	21.284	32.868
		3	11.802	59.580	14.199	32.079	42.789
	Figueirense	1	6.048	30.232	36.583	22.299	(57.039)
		2	8.670	32.115	41.453	35.649	(36.317)
		3	10.631	33.492	48.771	49.280	(26.536)
	Joinville	1	2.309	4.228	9.675	4.486	(31.432)
		2	4.170	9.350	13.889	18.408	(18.777)
		3	6.629	12.412	19.341	36.950	(8.228)
Pequeno	Barra	1	150	66	49	0	(8.778)
		2	1.285	207	2.282	0	(791)
		3	4.964	363	12.290	0	538
	Brusque	1	4	18	21	0	(565)
		2	45	28	194	8	(144)
		3	157	46	616	47	7
	Camboriú	1	5	30	7	0	(62)
		2	234	31	30	0	234
		3	419	35	97	0	448
	Concórdia	1	2	0	16	0	(56)
		2	168	91	95	93	71
		3	983	701	340	703	642
	Fluminense	1	2	0	0	0	(120)

	2	27	0	46	7	(26)
	3	63	0	146	34	9
Guarani da Palhoça	1	40	568	110	0	(16.246)
	2	168	8.748	315	7.839	762
	3	441	40.094	794	20.562	39.480
Hercílio Luz	1	9	58	92	0	(794)
	2	782	1.242	383	527	1.114
	3	3.036	2.103	979	2.750	2.705
Internacional de Lages	1	0	5	3.478	964	(6.996)
	2	33	14	3.763	2.147	(5.863)
	3	88	23	4.023	3.030	(4.437)
Jaraguá	1	0	3	61	51	(144)
	2	1	5	65	72	(131)
	3	2	6	73	87	(107)
Juventus	1	0	1.500	558	1.854	(2.122)
	2	134	1.501	756	2.399	(1.520)
	3	361	1.502	1.394	2.587	(714)
Marcílio Dias	1	0	4	33	0	(8.320)
	2	419	110	664	4.423	(4.558)
	3	1.416	580	1.878	8.287	(9)
Metropolitano	1	25	820	428	917	(6.960)
	2	238	1.169	1.330	5.691	(5.614)
	3	605	1.463	3.770	6.749	(3.457)
Porto	1	3	44	40	0	2
	2	5	62	62	0	5
	3	9	79	79	0	9
Tubarão	1	2	15	95	0	(13.917)
	2	351	663	5.881	124	(4.991)
	3	724	1.951	16.592	618	25

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Id = Indicador; 1 = Mínimo; 2 = Média; 3 = Máximo; AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo não Circulante; PC = Passivo Circulante; Passivo Não Circulante; PL = Patrimônio Líquido. Valores expressos em milhares de Reais.

Observa-se que na no ativo total tem-se como destaque os clubes Avaí e Jaraguá. No qual, o primeiro apresentou o maior valor médio do grupo, com R\$ 69.675.490, e o segundo, o menor valor dentre os clubes analisados, sendo de R\$ 5.998. Já analisando os grupos que compõem o ativo, a Chapecoense e novamente o Jaraguá, são os clubes que possuem maior e menor valor médio do ativo circulante apresentado, sendo esses de R\$ 23.167.806 e R\$ 967, respectivamente. Enquanto no não circulante, o maior e menor montante médio apresentado são do Avaí e Fluminense, com R\$ 60.563.799 e R\$ 0, respectivamente.

Por outro lado, no exigível total e no circulante, o Figueirense possui os maiores valores médios, com R\$ 77.102.605 e R\$ 41.453.328, respectivamente. Em contrapartida, o Camboriú apresentou os menores valores médios, sendo de R\$ 30.499 para ambos os grupos. Já para a média do exigível não circulante, o valor máximo pertence ao Avaí, com R\$ 48.543.745, enquanto os clubes Barra, Camboriú e Porto não apresentaram valores neste grupo em seus balanços patrimoniais.

Já no patrimônio líquido, o Criciúma foi o clube que apresentou o maior valor médio, com R\$ 32.867.722, enquanto o menor pertence ao Figueirense, com um passivo a descoberto de R\$ 36.316.990. Destaca-se também que, dos 19 clubes da amostra, 17 deles apresentaram ao menos um exercício com passivo a descoberto, durante o período analisados, sendo Criciúma e Porto os únicos a possuírem PL positivo em todos os anos. Além disso, 13 clubes possuem passivo a descoberto no valor médio, o que demonstra uma situação financeira grave, já que a soma de bens e direitos não cobre o valor da soma das obrigações contraídas.

#### 4.3.2 Demonstração do resultado do exercício

A Tabela 7 aborda os valores mínimos, médios e máximos, para cada clube, dentro do período analisado, da receita bruta e do resultado líquido.

Tabela 7 - Grupos da Demonstração do Resultado do Exercício

	Clube	Receita Bruta			Resultado Líquido		
		Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Médio	Máximo
Grande	Avaí	19.192	39.150	70.840	(12.529)	(2.000)	5.943
	Chapecoense	29.415	62.572	99.802	(50.756)	(15.063)	6.751
	Criciúma	13.829	27.406	45.000	(10.414)	(774)	6.413
	Figueirense	23.403	42.055	70.891	(26.471)	(10.150)	2.614
	Joinville	8.960	21.856	40.266	(14.549)	(3.135)	537
Pequeno	Barra	0	6.174	23.169	(9.153)	(1.104)	277
	Brusque	596	3.120	9.749	(266)	131	1.389
	Camboriú	248	453	733	(302)	(16)	417
	Concórdia	92	703	2.019	(20)	93	487
	Fluminense	17	184	360	(110)	(23)	18
	Guarani da Palhoça	0	318	973	(5.693)	(1.966)	27
	Hercílio Luz	392	3.287	6.183	(129)	1.685	3.499
	Internacional de Lages	429	757	1.026	(1.258)	(588)	160
	Jaraguá	58	178	590	(95)	(22)	1
	Juventus	86	323	445	(1.245)	(171)	75

Marcílio Dias	559	1.885	4.596	(104)	112	399
Metropolitano	345	2.316	4.076	(813)	(422)	115
Porto	42	50	61	2	5	9
Tubarão	289	2.187	4.897	(5.957)	(4.694)	(2.368)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Valores expressos em milhares de Reais.

Nota-se, que há uma disparidade dos valores da receita bruta dos clubes grandes para os pequenos. Essa diferença se dá principalmente pela receita por direito de transmissão dos jogos, sobretudo para os times que participaram das séries A e B do campeonato brasileiro, além do fato de possuírem mais torcedores que os demais, gerando assim maiores receitas com bilheteria, publicidade e patrocínios.

A Chapecoense foi o clube que mais se destacou na receita bruta, com o maior valor médio e máximo, R\$ 62,6 milhões e R\$ 99,8 milhões, respectivamente. Esta receita bruta de aproximadamente R\$ 100 milhões foi no ano de 2017, em que após o acidente aéreo, o clube arrecadou mais em direitos televisivos, publicidade, sócios, venda de atletas e doações. Entretanto, o clube apresentou o menor resultado líquido do exercício de todos, em 2019, com R\$ -50,7 milhões, devido principalmente as despesas com pessoal, no valor de R\$ -59,6 milhões.

Destaca-se também, a variação entre os valores mínimos, médios e máximos da receita bruta e do resultado líquido na maioria dos clubes. A principal causa disto é o resultado esportivo, que reflete em qual campeonato e divisão o time irá jogar, somado a má gestão e falta de planejamento.

Ressalta-se que o Barra e o Guarani da Palhoça não tiveram receita no exercício de 2020, possivelmente em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19, por isso ficaram com zero reais no mínimo da receita bruta.

Dentre os 19 clubes que compõem a amostra, 14 deles apresentaram o resultado líquido médio negativo, sendo que todos os grandes estão nesta parcela. Isso demonstra uma deficiência na geração de lucros em cima das receitas obtidas, já que mesmos a maioria dos clubes apresentem uma receita bruta expressiva, eles acabam terminando o exercício com déficit.

### 4.3.3 Indicadores econômico-financeiro

A Tabela 8 apresenta os índices médios de liquidez corrente, endividamento geral e retorno sobre o ativo de cada clube, bem como o número de exercícios que foram utilizados para fazer o cálculo de cada indicador.

Tabela 8 - Indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade

	Clube	LC	DF	Nº de Ex.	ROA	Nº de Ex.
<b>Grande</b>	Avaí	0,34	108%	8	-4%	8
	Chapecoense	0,71	211%	8	-45%	7
	Criciúma	0,90	45%	8	-1%	8
	Figueirense	0,21	189%	5	-26%	5
	Joinville	0,31	233%	8	-21%	8
<b>Pequeno</b>	Barra	2,58	80%	8	-30%	8
	Brusque	0,46	323%	5	-116%	5
	Camboriú	26,44	60%	6	-109%	6
	Concórdia	0,75	712%	8	-134%	7
	Fluminense	0,65	303%	4	-137%	5
	Guarani da Palhoça	0,93	181%	7	-43%	7
	Hercílio Luz	1,71	56%	7	53%	2
	Internacional de Lages	0,01	32093%	5	-2859%	5
	Jaraguá	0,01	2413%	7	-341%	7
	Juventus	0,18	195%	7	-9%	7
	Marcílio Dias	0,42	964%	7	-64%	7
	Metropolitano	0,28	511%	8	-29%	8
	Porto	0,09	91%	7	8%	6
	Tubarão	0,19	1216%	5	-334%	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: LC = Liquidez Corrente; DF = Dependência Financeira; Nº de Ex. = Número de Exercícios; ROA = Retorno sobre Ativos.

Os índices médios de Liquidez Corrente apurados apontam risco de inadimplência na maioria dos clubes. Dos 19 clubes da amostra, apenas três apresentaram quociente maior que 1,00, sendo eles: Barra, Camboriú e Hercílio Luz. Entretanto, ressalta-se que o Hercílio Luz, dos sete exercícios analisados, apenas em dois ficou com índice maior que 1,00.

Destá forma, verifica-se que os clubes, incluindo os grandes, não tem capacidade de quitar suas dívidas e obrigações no curto prazo, o que pode acarretar multas, juros e até mesmo outras dívidas.

Este resultado corrobora a pesquisa de Santos et al. (2020), que constataram a falta de capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo dos clubes participantes das séries A, B e C do Campeonato Brasileiro no ano de 2017.

O índice médio de Dependência Financeira também aponta que a maioria dos clubes estão com sua saúde financeira deficitária, uma vez que a dívida total está maior que o ativo total. Este cenário compromete a vinda de possíveis investidores e até mesmo do fornecimento de certos serviços e produtos, já que a entidade está endividada.

Os dois clubes mais endividados segundo a média deste indicador são o Internacional de Lages e o Jaraguá, com 32093% e 2413%. Isso é consequência de ativos pequenos, média de aproximadamente R\$ 47.000 e R\$ 6.000 respectivamente, comparado ao valor das suas dívidas. Em contrapartida, o Criciúma foi o clube que apresentou menor índice, em que na média 45% do seu ativo total está comprometido para custear o total de suas dívidas.

Já os resultados do Retorno sobre o Ativo (ROA), todos os clubes, com exceção do Hercílio Luz e do Porto, apresentaram resultados negativos, indicando que os clubes catarinenses não estão obtendo retornos positivos na utilização de seus ativos durante o exercício social. Salienta-se que o Hercílio só teve dois anos usados para o cálculo da média do ROA e em um deles o resultado foi negativo também.

## 5 CONCLUSÃO

Os clubes catarinenses de futebol, além de se destacarem pelos títulos e participações nos principais campeonatos nacionais, apresentam relevância econômica, já que geram diversos empregos, serviços e impactam na arrecadação de impostos. Desta forma, as informações financeiras destes clubes interessam a muitos usuários, como torcedores, credores, fornecedores, investidores e instituições governamentais, uma vez que essas informações são essenciais para a tomada de decisão, além de evidenciarem o desempenho e a situação da entidade.

Assim, realizou-se o presente estudo com o objetivo de examinar o nível de evidenciação, de acordo com a NBC ITG 2003 (R1), e o desempenho econômico-financeiro dos clubes catarinenses de futebol profissional. Para alcançar o objetivo proposto, foram analisadas as demonstrações financeiras de 19 clubes, no período de 2013 a 2020.

Como resultado da evidenciação, encontrou-se que os clubes disponibilizam os relatórios financeiro, porém apresentam parcialmente o conjunto das demonstrações obrigatórias. Os demonstrativos mais evidenciados, em ambos os grupos, foram o BP e a DRE. Por outro lado, a DRA foi o demonstrativo menos evidenciado, possivelmente por os clubes não possuírem outros resultados abrangentes. Neste aspecto, Souza et al. (2016), Figueiredo, Santos e Cunha (2017) e Lins e Rêgo (2020) também apresentaram resultados similares em suas pesquisas.

Destaca-se também, que nos clubes pequenos, a DFC e as NE também foram pouco publicadas. Isto demonstra uma limitação, principalmente em relação as NE, que contém informações complementares àquelas apresentadas nas demonstrações, contribuindo assim para quem está analisando os relatórios. Os clubes precisam divulgar mais suas demonstrações contábeis, principalmente as obrigatórias, publicar apenas o BP e a DRE não é suficiente para a tomada de decisão dos usuários, já que não evidenciam todas as informações financeiras necessárias.

Ademais, tem-se uma diferença no nível de evidenciação das demonstrações dos clubes grandes comparados com os pequenos, além da queda do percentual de divulgação de uma demonstração para outra nos clubes pequenos ser mais eminente, 77% do BP para 4% da DRA, por exemplo. Isso pode estar relacionado com o resultado sugerido no estudo de Leite e Pinheiro (2014). Nele, os autores apontaram que quanto melhor o desempenho esportivo e

maior as receitas obtidas, maior é a exposição do clube, o que faz com que elaborem demonstrações contábeis com maior nível de evidenciação.

No que tange ao nível de evidenciação, encontrou-se um nível médio de 37% para os clubes grandes e 10% para os pequenos. Isto se deve, principalmente, ao não atendimento dos itens do BP, que apresentaram um nível de evidenciação muito baixo, em que 14 dos 19 clubes analisado não divulgaram nenhum dos itens. Além disso, cinco itens não foram divulgados por nenhum clube da amostra, são eles: 1.4 (Renovação de contratos com atletas), 1.5 (Bilheteria), 1.6 (Antecipação contratual a atleta), 1.9 (Publicidade) e 1.10 (Luva).

Desta forma, percebe-se que os clubes catarinenses possuem um baixo nível de evidenciação e não estão atendendo os itens da NBC ITG 2003 (R1), principalmente quando se compara com o resultado de outras pesquisas, como a de Figueiredo, Santos e Cunha (2017) e Martins e Santos (2022), demonstrando que os clubes precisam dar uma atenção maior a produção e publicação das informações úteis a tomada de decisão.

Contatou-se também que não ocorreu uma evolução ou regressão do nível de evidenciação dos clubes durante os anos, inclusive o percentual se mantém estável na maioria. Ademais, tanto a média dos clubes grandes quanto a dos pequenos apresentou uma melhora até 2018, mas em 2019 e 2020 houve uma regressão em ambos os grupos.

Com relação ao desempenho econômico-financeiro, destaca-se a discrepância de valores do BP dos clubes grandes e pequenos, em que o Avaí se destacou com o maior valor do AT médio, com R\$ 69.675.490, enquanto o Jaraguá apresentou o menor valor, sendo de R\$ 5.998. Destaca-se também que, dos 19 clubes da amostra, 17 deles apresentaram ao menos um exercício com passivo a descoberto, durante o período analisados, sendo Criciúma e Porto os únicos a possuírem PL positivo em todos os anos.

Na DRE, nota-se que há uma disparidade dos valores da receita bruta dos clubes grandes para os pequenos. Essa diferença se dá principalmente pela receita por direito de transmissão dos jogos e por possuírem mais torcedores que os demais. Além disso, dentre os 19 clubes que compõem a amostra, 14 deles apresentaram o resultado líquido médio negativo, o que demonstra uma deficiência na geração de lucros em cima das receitas obtidas.

Por fim, os resultados dos indicadores demonstram que os clubes não têm capacidade de quitar suas dívidas e obrigações no curto prazo, em que dos 19 clubes analisados, apenas três apresentaram LC maior que 1,00. Este resultado apresenta similaridade o estudo Santos et al. (2020), que constataram a falta de capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo dos clubes. A DF aponta que a maioria dos clubes estão com sua saúde financeira deficitária,

uma vez que a dívida total está maior que o ativo total. Já no ROA, todos os clubes, com exceção do Hercílio Luz, apresentaram resultados negativos, indicando que os clubes catarinenses não estão obtendo retornos positivos na utilização de seus ativos durante o exercício social.

Diante do exposto, percebe-se, com os resultados deste trabalho, que os clubes catarinenses de futebol necessitam desenvolver melhores práticas de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando atender as normas vigentes, melhorando a qualidade das informações evidenciadas e o nível de confiabilidade.

Como limitação da presente pesquisa, aponta-se que o estudo não analisou a qualidade das demonstrações contábeis e notas explicativas. A falta de padronização das demonstrações acabou prejudicando a comparabilidade de algumas informações. Além disso, a falta de divulgação de algumas demonstrações e valores prejudicou o cálculo dos indicadores, principalmente o ROA.

Para trabalhos futuros, sugere-se verificar o nível de evidenciação dos clubes em outros estados. Ainda, analisar a qualidade das demonstrações contábeis e das notas explicativas, de modo que não se tenha como enfoque apenas a divulgação ou não dos itens, mas sim se estes realmente são transparentes. Identificar as fontes de receitas dos clubes, evidenciando como eles se financiam e quais são suas principais receitas. Verificar se os clubes-empresas possuem nível de evidenciação superior aos demais. Finalmente, pesquisas sobre os boletins financeiro dos jogos, também conhecidos como borderôs, verificar quais são as receitas, despesas e o resultado líquido de cada partida.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

AVAÍ, Conselho Fiscal do. **Parecer CF n.º 2021/001**. 2021. Disponível em: <https://www.avai.com.br/novo/wp-content/uploads/2021/04/20210428-PARACER-2020-ASSINADO-FINAL.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Lei N° 12.395, de 16 de Março de 2011**. [S. l.], Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm). Acesso em: 05 jan. 2022.

CAPELO, Rodrigo. **Senadores derrubam vetos de Bolsonaro em lei que estimula o clube-empresa no futebol brasileiro; entenda o que muda**. 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/blogs/blog-do-rodrico-capelo/post/2021/09/28/senadores-derrubam-vetos-de-bolsonaro-em-lei-que-estimula-o-clube-empresa-no-futebol-brasileiro-entenda-o-que-muda.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CBF, Confederação Brasileira de Futebol. **Ranking Nacional das Federações 2022**. 2021. Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202112/20211216200456\\_327.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202112/20211216200456_327.pdf). Acesso em: 22 dez. 2021.

CBF, Confederação Brasileira de Futebol. **Ranking Nacional dos Clubes 2022**. 2021. Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202112/20211216200434\\_630.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/202112/20211216200434_630.pdf). Acesso em: 22 dez. 2021.

CBF, Confederação Brasileira de Futebol. **Relatório Impacto do Futebol Brasileiro**. 2019. Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843\\_346.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843_346.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TA 705, de 17 de junho de 2016**. 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n.º 1.429, de 25 de janeiro de 2013**. ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva. 2017. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2003(R1).pdf). Acesso em: 05 jan. 2022.

COCETRONE, Gabriel. **Lei do clube-empresa anima todos clubes endividados. Entenda por que**. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-em-campo/2021/08/23/lei-do-clube-empresa-anima-todos-club>. Acesso em: 25 jan. 2022.

COSTA, Francisco José da; ROCHA, Marcelo Correia Lima da; OLIVEIRA, Davi Montefusco de. A Identificação do Torcedor de Futebol com o Seu Time: Seus Antecedentes e Suas Conseqüências para o. In: III ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD, 3., 2008, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Anpad, 2008. p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EMA96.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2021.

DANTAS, Marke Geisy da Silva; BOENTE, Diego Rodrigues. A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S.L.], v. 5, n. 13, p. 75-90, 1 dez. 2011. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/rco.v5i13.34805>.

FIGUEIREDO, Guilherme Henrique; SANTOS, Vanderlei dos; CUNHA, Paulo Roberto da. Práticas de Evidenciação Em Entidades Desportivas: um estudo nos clubes de futebol brasileiros. **Enfoque: Reflexão Contábil**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 01, 20 jan. 2017. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v36i1.28467>.

FREY, Irineu Afonso; ZAIA, Robson. Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol do Campeonato Catarinense de 2012: verificação da adequação à legislação vigente. **Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí**, [S.L.], v. 3, n. 4, p. 12-24, 15 abr. 2015. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2316419003042014012>.

HOLANDA, Allan Pinheiro et al. Determinantes do nível de disclosure em clubes brasileiros de futebol. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 4-17, jan. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRAUSPENHAR, João Henrique; ROVER, Suliani. Análise dos Aspectos Formais e de Conteúdo do Relatório de Auditoria Independente dos Clubes de Futebol Brasileiros. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 10., 2020, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ufsc, 2020. p. 1-17.

LEITE, Duílio Ulhôa; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Disclosure of intangible assets: a study of the brazilian soccer clubs. **Enfoque: Reflexão Contábil**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 89-104, jan. 2014. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v33i1.21400>.

LINS, Mayara Yamaguiche Silva Carneiro; RÊGO, Thaiseany de Freitas. Aderência dos Clubes do Campeonato Brasileiro a ITG 2003(R1). **Revista Conhecimento Contábil**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 114-134, 8 jan. 2020. **Revista Conhecimento Contabil**. <http://dx.doi.org/10.31864/rcc.v9i2.303>.

LOURENÇO, Rafael de Oliveira. A representação do futebol enquanto fenômeno cultural e político na cobertura da copa do mundo 2010. In: 7º INTERPROGRAMAS DE MESTRADO, 7., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Cásper Líbero, 2011. p. 1-11. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0767-1.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2021.

LUCENA, Nathália Maria Williams; CORREIA, José Jonas Alves. Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes nos Clubes Esportivos Brasileiros: Análise à Luz do CPC 25 e ITG 2003 (R1). **Revista Gestão e Organizações**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 1-23, jan. 2019.

MAIA, Chico. **Quatro clubes na Série A: “O que Santa Catarina tem?”**. 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaio/chico-maia/quatro-clubes-na-serie-a-o-que-santa-catarina-tem-1.969209>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Vagner Antônio et al. Nível de evidenciação das demonstrações contábeis dos clubes brasileiros de futebol. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 28-40, ago. 2017.

MARTINS, William Marques; SANTOS, Rodolfo Rocha dos. Fatores explicativos do nível de disclosure da informação contábil dos clubes de futebol brasileiros. **Contabilometria - Brazilian Journal Of Quantitative Methods Applied To Accounting**, Monte Carmelo, v. 9, n. 1, p. 57-72, jan. 2022.

NEIS, João Vinicius Soares. **Evidenciação Contábil e Análise Econômico-Financeira: um estudo nos clubes da federação paulista florianópolis 2021**. 2021. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

OLIVEIRA, Geovani Gabizo de; ANDRADE, Guilherme Paulo. Evidenciação contábil nas entidades desportivas: um estudo da aplicação da itg 2.003/2013 nos clubes de futebol do rio de janeiro no ano de 2015. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.L.], p. 44-57, fev. 2018. Galoa Events Proceedings. <http://dx.doi.org/10.21452/rbc.v.232.n.4.2018>.

PACHECO, Juliane; SOUZA, Maíra Melo de. Associação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. **Race - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S.L.], p. 1-28, 29 nov. 2019. Universidade do Oeste de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.18593/race.19060>.

PAULO, Nsunda Manuel. **Evidenciação Contábil: Uma Análise da Divulgação dos Ativos Intangíveis Em Três Clubes de Futebol do Estado de Santa Catarina**. 2018. 18 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

PEREIRA, Anísio Cândido et al. Evidenciação contábil: análise do nível de divulgação das demonstrações contábeis por empresas do estado de goiás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 12., 2005, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Abc, 2005. p. 1-14.

PEREIRA, Aparecido Geraldo Costa et al. Eficiência técnica e desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 115-138, jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/665>. Acesso em: 08 dez. 2021.

PIVA, Thais Azzolini; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Relação Entre o Nível de Evidenciação Contábil dos Clubes Brasileiros de Futebol e os Desempenhos Financeiro e Esportivo. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 19-34, ago. 2020.

RASCHKA, Ingrid Medawar; WALLNER, Rafaela Janaina Gomes; COSTA, Karina Brito da. Contabilidade esportiva: um estudo sobre a evidenciação das demonstrações contábeis dos clubes paulistas de futebol. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 7., 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Usp, 2010. p. 1-16. Disponível em: [https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/an\\_resumo.asp?pagina=20&con=2](https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/an_resumo.asp?pagina=20&con=2). Acesso em: 22 dez. 2021.

SANTOS, Cleston Alexandre dos; DANI, Andréia Carpes; HEIN, Nelson. Estudo da Relação entre os Rankings Formados pela Confederação Brasileira de Futebol e Indicadores Econômico-Financeiros dos Clubes de Futebol Brasileiros. **Podium Sport, Leisure And Tourism Review**, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 41-59, 1 set. 2016. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/podium.v5i3.161>.

SANTOS, Raidan Iago dos et al. Desempenhos econômico e financeiro dos clubes de futebol participantes dos campeonatos brasileiros das séries A, B e C no ano de 2017. **Cafi - Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 67-82, 2 jan. 2020. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). <http://dx.doi.org/10.23925/cafi.v3i1.45039>.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TEIXEIRA, Higor de Medeiros; NIYAMA, Jorge Katsumi. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 6., 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Usp, 2009. p. 1-15. Disponível em: [https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos92009/an\\_resumo.asp?pagina=13&con=2](https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos92009/an_resumo.asp?pagina=13&con=2). Acesso em: 02 jan. 2022.

SILVA, Higor Fernandes. **Federações Estaduais de Futebol**: um estudo sobre evidenciação contábil e fontes de receitas. 2021. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SILVA, Luiz Fernando Pereira. **Estudo das demonstrações contábeis em conformidade com a ITG 2003 (R1), e como estão os maiores clubes do futebol catarinense perante a mesma**. 2021. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021.

SOUZA, Adriano Lopes de et al. Análise do futebol no Brasil como um fenômeno sociocultural. **Efdeportes.Com**, Buenos Aires, v. 16, n. 159, p. 1-1, ago. 2011.

SOUZA, Alyson Gomes de et al. Disclosure em Demonstrações Financeiras: um estudo sobre o nível de evidenciação contábil de clubes de futebol brasileiros no ano de 2013. **Podium Sport, Leisure And Tourism Review**, [S. L.], v. 5, n. 3, p. 1-19, set. 2016.

SZYMANSKI, Stefan; SMITH, Ron. The English Football Industry: profit, performance and industrial structure. **International Review Of Applied Economics**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 135-153, jan. 1997. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/02692179700000008>.

UMBELINO, Wagner Lemos et al. Disclosure em Clubes de Futebol: estudo sobre os reflexos da lei do profut. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 112, 24 jan.

2019. Portal de Periodicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2019v7n1.38074>.

VERGILATO, Selinéia Jacobsen. **Evidenciação da informação contábil (Disclosure): um estudo bibliométrico**. 2014. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2014.

## APÊNDICE A – Divulgação do relatório financeiro da população

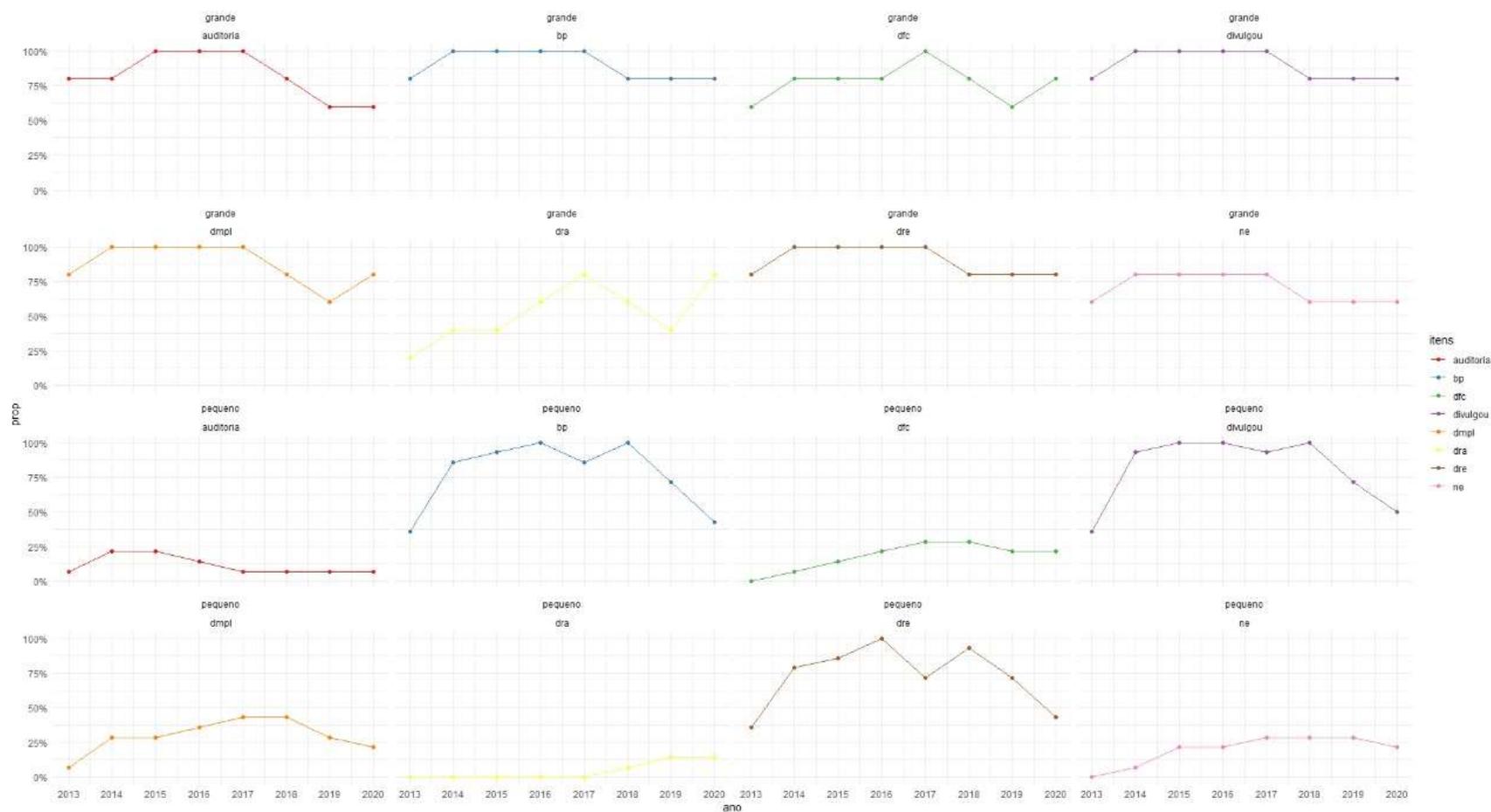
Clube	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Clube Náutico Almirante Barroso	-	-	-	-	X	-	-	-
Grêmio Esportivo Araranguense	-	-	-	-	-	-	-	-
Clube Atlético Catarinense	-	-	-	-	-	-	-	-
Clube Atlético Hermann Aichinger	-	X	X	-	-	-	-	-
Avaí Futebol Clube	X	X	X	X	X	X	X	X
Barra Futebol Clube	-	X	X	X	X	X	X	X
Esporte Clube Atlético Batistense	-	-	-	-	-	-	-	-
Blumenau Esporte Clube	-	-	-	-	X	X	X	-
Blumenau Sport Club Madureira	-	-	-	-	-	-	-	-
Brusque Futebol Clube	X	X	X	X	X	X	X	X
Clube Atlético Itajaí	-	-	-	-	-	X	-	X
Caçador Atlético Clube	-	X	-	-	X	X	-	-
Camboriú Futebol Clube	X	X	X	X	X	X	-	-
Canoinhas Atlético Clube	-	-	-	-	-	-	-	-
Clube Atlético Carlos Renaux	-	-	-	-	-	X	X	X
Caxias Futebol Clube	-	-	-	-	-	-	-	-
Associação Chapecoense de Futebol	-	X	X	X	X	X	X	X
Concórdia Atlético Clube	-	X	X	X	X	X	X	X
Criciúma Esporte Clube	X	X	X	X	X	X	X	X
Curitibanos Esporte Clube	-	-	X	X	X	X	-	-
Figueirense Futebol Clube	X	X	X	X	X	X	X	X
Fluminense Futebol Clube	-	-	X	X	X	X	X	-
Guarani de Palhoça Futebol	X	X	X	X	X	X	-	X
Hercílio Luz Futebol Clube	-	X	X	X	X	X	X	X
Imbituba Futebol Clube	-	-	-	-	-	-	-	-
Esporte Clube Internacional	-	X	X	X	X	X	-	-
Sport Club Jaraguá	X	X	X	X	X	X	X	-
Joaçaba Atlético Clube	-	-	-	-	-	-	-	-
Joinville Esporte Clube	X	X	X	X	X	X	X	X
Grêmio Esportivo Juventus	-	X	X	X	X	X	X	-
Clube Atlético Juventus	-	X	-	-	-	-	-	-
Sociedade Esportiva Kindermann	-	-	-	-	-	X	X	-
Associação Maga Esporte Clube	-	X	X	-	-	-	-	-
Clube Náutico Marcílio Dias	-	X	X	X	X	X	X	-
Clube Atlético Metropolitano	X	X	X	X	X	X	X	X
Navegantes Esporte Clube LTDA.	-	-	X	-	-	X	X	-
Nação Esportes Futebol Clube	-	-	-	-	-	-	X	X
Oeste Futebol Clube	-	-	-	-	-	-	-	-
Esporte Clube Operário de Mafra	-	-	X	X	X	X	-	-
Associação Atlético Orleans	-	-	-	-	-	X	-	-
Futebol Clube do Porto	-	X	X	X	-	X	X	X

Esporte Clube Próspera	-	-	-	-	-	x	-	x
Santa Catarina Clube	-	-	x	-	-	-	-	-
Clube Atlético Tubarão	-	x	x	x	x	x	-	-
Sociedade Desportiva XV de Outubro	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: “x” significa que houve publicação do relatório financeiro e “-“ que não.

## APÊNDICE B – Divulgação das demonstrações contábeis e do relatório de auditoria, segregado pelo tamanho dos clubes



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: BP = Balanço Patrimonial; DFC = Demonstração de Fluxo de Caixa; DMPL = Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; DRA = Demonstração do Resultado Abrangente; DRE = Demonstração do Resultado do Exercício; NE = Notas Explicativas.

### APÊNDICE C – Nível de evidenciação por ano

	<b>Clube</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Grandes</b>	Avai	56%	50%	53%	56%	56%	56%	50%	56%
	Chapecoense	0%	31%	31%	34%	41%	38%	34%	34%
	Criciúma	47%	50%	50%	50%	50%	50%	44%	47%
	Figueirense	38%	38%	38%	38%	38%	-	-	-
	Joinville	31%	31%	28%	28%	31%	31%	19%	16%
	<b>Média</b>		34%	40%	40%	41%	43%	44%	37%
<b>Pequenos</b>	Barra	0%	16%	16%	16%	13%	13%	25%	25%
	Brusque	9%	9%	9%	13%	3%	9%	22%	31%
	Camboriú	25%	28%	22%	34%	25%	19%	0%	0%
	Concórdia	0%	16%	16%	6%	19%	22%	22%	22%
	Fluminense	0%	0%	9%	6%	6%	9%	9%	0%
	Guarani da Palhoça	6%	13%	6%	19%	28%	31%	0%	6%
	Hercílio Luz	0%	6%	6%	13%	3%	3%	13%	3%
	Internacional de Lages	0%	6%	25%	25%	3%	16%	0%	0%
	Jaraguá	13%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	0%
	Juventus	0%	13%	9%	19%	19%	13%	6%	0%
	Marcílio Dias	0%	9%	9%	13%	9%	9%	13%	0%
	Metropolitano	6%	6%	6%	19%	19%	16%	9%	6%
	Porto	0%	6%	13%	13%	0%	13%	13%	13%
	Tubarão	0%	3%	6%	13%	22%	22%	0%	0%
<b>Média</b>		4%	10%	11%	15%	13%	14%	10%	8%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: “-” significa que o referido ano foi excluído da análise.